

ANC
Ass. Const.

"Esta não é uma Constituinte legítima"

Para o jurista Goffredo Telles, a sociedade se mobilizará por nova Assembléia

São Paulo — Goffredo Silva Telles, professor emérito da Universidade de São Paulo, mestre da Faculdade de Direito durante quase meio século, chegou à conclusão de que o Brasil perdeu uma excelente oportunidade de ter uma Assembléia Nacional Constituinte independente, que aprovaria uma Constituição e se dissolveria.

Onde estava Congresso Nacional puseram Assembléia Constituinte. Pior ainda, deixaram na porta as duas tabuletas". Por isso, ele acha que a Constituinte não terá independência. E como acredita que todos os problemas atualmente existentes vão persistir, propõe para o dia seguinte a promulgação da Constituição, uma campanha nacional por uma Assembléia Nacional Constituinte.

“Apenas trocaram a tabuleta. O povo foi informado de que nas eleições de 15 de novembro deveria escolher os constituintes. Ele delegou o poder constituinte aos eleitos? Não houve convocação de Assembléia Constituinte e não vai haver Assembléia Constituinte. O que aconteceu foi rigorosamente o seguinte: convocou-se um Congresso Nacional e atribuiu-se a esse Congresso a tarefa de elaborar uma Constituição. O Poder Executivo influiu com toda a sua força e conseguiu afinal que não se convocasse a Assembléia Constituinte, e que apenas se fizesse a união da Câmara dos Deputados e do Senado num só colégio, numa só câmara, que o Poder Executivo chamou de Assembléia Constituinte.

Até que ponto essa função legislativo-ordinária poderá ser usada como pressão sobre a Constituinte? Digamos, o deputado quer aprovar um projeto que beneficie o seu reduto eleitoral. Até que ponto pode haver uma troca para que na Constituinte ele aprove coisas que não são o que o povo quer? Evidentemente, isto vai acontecer. As velhas lideranças políticas, que têm todo interesse em defender suas próprias vantagens e sua própria carreira, é que vão dominar o chamado Congresso Constituinte. E não é só isso. Será um Congresso dominado pelo presidente da República, pelo Poder Executivo.

Um exemplo do que pode acontecer. Muitos acham que, no caso do Brasil, o Legislativo deve ter uma Câmara só, que esta questão de Senado representar os Estados é a Câmara dos Deputados representar o povo em geral é uma fantasia que tem tradição, mas na prática representa muito pouco. Então, eu pergunto: Quando esta questão entrar em pauta, os senadores terão isenção suficiente, o patriotismo necessário para votar pela extinção do Senado?

O senhor diz que a tarefa de fazer uma Constituição exige um saber específico, que eventualmente o deputado ou senador eleito pelo sistema atual não terá. Como é que o povo poderia distinguir isto? Em primeiro lugar, não fazer o que foi feito, eleger deputados constituintes ao mesmo tempo que se elegiam deputados para a Câmara dos Deputados, senadores para o Senado e governadores para os Estados. Isto realmente foi um erro básico. Aliás, a nossa atual República, em tudo, tem sido a República do faz-de-conta. Faz de conta que tem tabela nos preços, faz de conta que o ágio não é aumento de preços, faz de conta

Arinos vai lutar pelo sistema parlamentarista

Rio — O senador Afonso Arinos de Melo Franco, 81 anos, que presidiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e que deverá dirigir os trabalhos da Grande Comissão na Constituinte, sustenta como principal expectativa em relação à nova Carta a instituição do parlamentarismo como forma de governo no País. O senador — que retorna ao Senado após 16 anos de ausência e que em 87 completará exatamente 40 anos de vida pública — acredita que a marca da nova Constituição será a da consagração dos direitos sociais, contemplando a sua expansão diante da complexidade que a sociedade brasileira assumiu nas últimas décadas. Diverso do que se imagina, Afonso Arinos não participou da elaboração da Constituição de 1966. Ele assumiu o mandato de deputado em março de 1947 co-

ter convocado eleições diretas para a escolha do presidente da República, nos expressos termos da Constituição.

Quando à convocação da Constituinte com o Congresso Juntos, argumenta-se a existência de precedentes na História do Brasil... Esses precedentes são constantemente alegados, mas na verdade não deveriam ser apresentados como justificativas para o que está acontecendo. Em toda a História do Brasil, quando houve Constituinte o Congresso Nacional não estava funcionando. Mas não é só por isso: "o Brasil, em 1946, à época em que eu mesmo fui eleito constituinte, era um Brasil completamente diferente do Brasil atual. Em 46 a população não estava absolutamente organizada, não tinha nenhuma consciência dos grandes problemas nacionais.

— Em 1946 ninguém levantou esse problema. Eu já era nessa oportunidade professor de Faculdade, mas era muito moço, tinha 29 anos de idade. Não nos havia passado pelo espírito a idéia de que o Congresso Nacional tem uma estrutura e uma missão, que não se confunde em absoluto com a estrutura e a missão de uma Constituinte. O sr. diria que a convocação feita agora foi contrária à evolução do pensamento jurídico?

— Contrária de uma maneira flagrante. Atualmente, o que se fez foi para atender determinados interesses políticos, mas que não exprimem em absoluto os grandes interesses do Brasil. O que se fez agora foi com a intenção de não mudar nada, de não fazer a grande reforma social que o Brasil exige. Tudo vai continuar como está, os donos do poder vão continuar donos do poder e as estruturas sociais do Brasil provavelmente não vão mudar em coisa nenhuma, ou quase em coisa nenhuma.

Se a Constituinte é legítima, a Constituição que ela vai produzir será ilegal?

— Eu diria: ilegal não. Mas ilegítima, sim. Porque o povo não sabia o que estava fazendo quando elegeu os atuais constituintes. Muito de propósito a eleição confundiu tudo. A última eleição foi eleição para a Câmara dos Deputados, para senadores do Senado, para os governadores dos estados e também para a Constituinte. E o que vai acontecer com a sociedade quando esta Constituição for promulgada?

— Eu acredito firmemente que, uma vez promulgada a futura Constituição, no dia seguinte vai se iniciar no Brasil um grande processo político para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Carta elaborada num momento de complexidade que atravessamos". Sem se ater a detalhes e já com discussão acumulada nos meses em que se debruçou sobre um anteprojeto constitucional como presidente da Comissão provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos situa como uma das principais modificações que a nova Carta venha a produzir será a instituição do parlamentarismo como sistema de governo. Na sua opinião, é a organização eficaz para um Estado moderno e democrático.

Afonso Arinos de Melo Franco foi deputado federal (1947-50, 1950-54 e 1954-58) e senador (1958-62 e 1962-70) pela UDN e ministro das Relações Exteriores entre 1961 e 1962. Foi eleito pelo PFL com 1.041.799 votos, beneficiando-se da soma dos votos das sublegendas.

Acha o professor que a nova Constituição, em relação a de 46, terá avanços significativos "no sentido de que se voltará, marcadamente, para a expansão dos direitos sociais. Não será uma Constituição que erguerá doutrinas novas, mas uma

Recife lança livro com depoimentos

Recife — Será lançado nesta capital, no próximo dia 6, o livro "A Constituição de 1946", organizado pelo geógrafo Manuel Correia de Andrade. A publicação traz depoimentos dos constituintes nordestinos daquela época, entre os quais Gilberto Freyre, Jorge Amado, Aluizio Alves e Luiz Viana Filho. Todos os depoimentos foram extraídos de uma série de debates sobre a Constituição de 46, promovida há dois anos pela Fundação Joaquim Nabuco. Em seu depoimento, o ministro da Administração, Aluizio Alves, afirma que é indispensável, na Assembléia Nacional Constituinte, que se instale hoje, "que o Brasil se mobilize, por todas as forças da sociedade, a fim de que o futuro pacto constitucional exprima as aspirações do povo e fixe diretrizes políticas, sociais e econômicas para a grande nação que, humilhada e ofendida, durante duas décadas, ressurgiu para a fascinante aventura do futuro". Na apresentação do livro, Manuel Correia de Andrade diz que "há uma grande consciência da responsabilidade da população de que da Constituinte resultará o crescimento de uma nação em crescimento demográfico e econômico". E acrescenta: "Não se pode esquecer que a Constituinte não é apenas um palco onde juristas, economistas e sociólogos vão discutir teorias econômico-sociais e técnicas legislativas, mas o lugar onde serão debatidos os problemas da urbanização, os estímulos do processo de industrialização, os programas de preservação do meio ambiente, a organização da própria sociedade e a própria estrutura do Estado".



Segundo o professor Goffredo Telles, da USP, "esta é a República do faz-de-conta"

Em Pernambuco, 5 estão vivos

Recife — Só cinco dos 19 deputados constituintes de 1946 por Pernambuco estão vivos. São eles Gilberto Freyre, Barbosa Lima Sobrinho, Jarbas Maranhão, João Cleofas e Luiz Carlos Prestes (na época um candidato poderia ser votado em mais de um Estado). O Partido Social Democrático (PSD) elegeu 10 deputados. A União Democrática Nacional (UDN), quatro; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), três; o Partido Democrata Cristão (PDC), um; e o Partido Republicano (PR), mais um. A população de Pernambuco na época era de 2.993.900 habitantes e 321.836 eleitores votaram. Foram apurados 269.955 votos. Os votos nulos foram 7.930 e os em branco 3.193. O índice de abstenção foi de 16 por cento.

Mineiro aponta responsabilidade

Belo Horizonte — O deputado federal constituinte de 1946, Olinto Fonseca Filho, eleito como representante do Partido Social Democrático (PSD) de Minas Gerais, disse que a Assembléia Nacional Constituinte que fará a primeira Constituição da Nova República tem a grave responsabilidade de preparar institucionalmente a grande potência que será o Brasil do ano 2000. Advertiu que é preciso, desde já afastar todo tipo de pressão psicológica sobre os representantes do povo. O ex-deputado mineiro, eleito aos 30 anos para fazer a Constituição liberal do pós-guerra, vive hoje, aos 78 anos, no Rio de Janeiro, tendo representado o oeste de Minas, onde nasceu no município de Formiga, e várias outras regiões do Estado. Foi também secretário de estado no governo Benedito Valadares e diretor-geral da Imprensa Oficial.

Paraná fecha com a tese do PMDB

A bancada do PMDB do Paraná deverá elaborar ainda hoje um documento contendo uma série de propostas que serão comunicadas ao Executivo e à presidência da Câmara. Ontem, a bancada se reuniu para definir um posicionamento unânime em torno de vários itens, entre eles a elaboração do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte. Até o momento, já existe um ponto convergente de opiniões dentro da bancada: é a Constituição exclusiva, com o fechamento temporário da Câmara e do Senado, com a suspensão, inclusive, da eleição das mesas diretoras, até que o plenário da Assembléia Nacional Constituinte se pronuncie sobre o funcionamento do Congresso ordinário e o processo legislativo. Outro ponto em que há consenso dentro da bancada pémelecionista do Paraná é com relação à rejeição do decreto-lei. "Não aceitamos decreto-lei este ano", disse o deputado José Carlos Martinez. Segundo ele, os deputados, na reunião de hoje, após o término da sessão de instalação da Constituinte, vão analisar outros temas políticos e econômicos.

Minas empossa sua Assembléia

Belo Horizonte — Em sessão que será presidida pelo deputado José Laviola, do PMDB, hoje, às 14h, os 77 deputados mineiros eleitos no pleito de 15 de novembro último serão empossados. Dos 77, 41 são do PMDB, 17 do PFL, cinco do PT e outros cinco do PDT, quatro do PDS, dois do PL e três do PTB. Depois da posse dos novos deputados será realizada a eleição da mesadiretora, através de votação secreta. Embora três candidatos estejam disputando a presidência da Assembléia, a chapa vencedora deverá ser a encabeçada pelo deputado Neif Jabour, que tem o apoio do governador eleito Newton Cardoso. Os outros seis cargos serão ocupados pelos deputados Saint-Clair Martins Souto (PMDB), Raimundo Albergaria (PDS), José Laviola (PMDB), Amílcar Padovani (PDT), José Maria Pinto (PTB), e Carlos Pereira (PMDB).

Assembléia vai frustrar povo, avisa Brizola

E ao mesmo tempo otimista. A longo prazo, e pessimista, quanto ao futuro próximo — aí incluída a Constituinte —, a visão do governador Leonel Brizola sobre as perspectivas do Brasil. Quatro horas de conversa informal, todos descontraídos pelo uísque e o vinho, permitiram a um grupo de jornalistas de Brasília submetê-lo a uma verdadeira sabinagem. A imagem que emergiu das respostas diretas e dos raciocínios desenvolvidos por Brizola não corresponde à de um radical. Sobre os militares, por exemplo, fez uma defesa até veemente do papel das Forças Armadas na formação nacional e na sustentação da soberania do Estado. "As Forças Armadas são o esqueleto da Nação. Elas sustentam a árvore de pé e não podem deixá-la tombando, senão de todos os cantos surgirão as machadinhas nas mãos mais insuspetadas para nos pilharem a lenha". Cobra dos militares, é claro, escrupuloso respeito à ordem constitucional, mas afirma que a grande maioria é legalista, por formação e princípio. Brizola nem mesmo acusa as Forças Armadas pelo descalabro econômico-social, atribuindo-o antes aos políticos e ao que Tancredo Neves chamou de "falência das elites". Indigna-o o entreguismo do capitalismo nacional, a falta de dignidade com que a burguesia industrial e a aristocracia rural conduzem o País frente à economia mundial. Compara-nos com a Austrália, também um país continental, ainda exportador de matérias-primas, pouco industrializado, uma nação mais jovem que a brasileira — e no entanto com uma renda per capita quase igual à norte-americana. "O que eles têm que nós não temos? Nada, a não ser dignidade política, elites que cumprem a vontade nacional de que o desenvolvimento econômico beneficie todo o povo. O dólar que os bancos internacionais colocam lá custa a metade do preço que pagamos aqui", contou Brizola — que visitará proximamente a Austrália, ainda como governador do Rio.

Duas vezes governador, de sua terra natal e de sua terra de adoção política, o engenheiro Leonel Brizola, aos 65 anos, não parece concordar com a confissão do presidente José Sarney aos governadores eleitos pelo PMDB, no recente jantar em palácio, segundo a qual a tarefa mais gratificante para o homem público é governar o próprio Estado. Brizola quer mais. "A direita tem pavor de mim, a esquerda me acha de autoritário, o centro me considera radical. Por que insisto? Porque em todo canto do País encontro quem me escute, quem queira a mesma coisa que eu quero. Essa é a minha tarefa de homem público: convencer as pessoas de que a única saída é dar dignidade política, acabar com o fisiologismo, com o domínio do Estado pelas oligarquias, restabelecer a moralidade pública".

Há muito elegeu a vida pacífica, por meio dos partidos políticos, para tentar a conquista do poder e a implantação do socialismo democrático, capitalista. Brizola não vai poder nomear". Faria, de qualquer forma, a estatização dos bancos, a reforma agrária, a redução sistemática da máquina burocrática do Governo. "O problema não está no déficit público ou num excesso de gastos do Governo, mas sim em acabar com o empreguismo e a ineficiência para aplicar melhor este dinheiro, que ainda é pouco". Deu um exemplo: no Rio havia 2 mil fiscais de renda e ele congelou as vagas abertas; agora vai extinguir 1.200 desses cobicados cargos. "São 1.200 filho, genros e apunhaçados que o Moreira Franco não vai poder nomear".

Sua primeira prioridade — "a prioridade absoluta do Brasil" — é "salvar as crianças da fome e da ignorância". E tarefa para "dois ou três governos", mas Leonel Brizola não tem dúvidas de que o País possui os recursos necessários "sem pedir empréstimos e sem aumentos", para colocar todas as crianças em creches e em centros integrados de ensino público à imagem dos que criou no Rio. (Afinal, quantos são? Não respondo precisamente: uns tantos em funcionamento, outros prontos mas ainda em processo de instalação e treinamento de pessoal, "o que exige pelo menos 120 dias", alguns em construção, muitos com as estruturas pré-moldadas já em fabricação e com terreno assegurado, os 500 da propaganda eleitoral "contratados e garantidos para a população").

Este é o Brizola otimista. O pessimista acha que a Constituinte vai frustrar o povo, porque é conservadora e vai trabalhar num quadro autoritário, não democrático, sob o comando de um presidente da República que só considera legítimo para um curto período de transição, mas não para impor um programa de governo de alcance mais amplo. "Há novos espaços de liberdade", reconhece, "porém no mais das vezes é liberdade para falar, não para fazer".

E é para fazer, segundo sua concepção do que é necessário fazer, que Leonel Brizola continua na luta. Tem disposição o engenheiro.

Profissional liberal também tenta influir

A participação do trabalhador na Constituinte será amplamente debatida amanhã, no auditório da reitoria da Universidade de Brasília, pelos presidentes das confederações nacionais de trabalhadores, representantes da CUT e CGT, sindicatos e associações de profissionais liberais. O encontro faz parte do projeto "Brasil Constituinte", desenvolvido pela Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) com o objetivo de colher subsídios para influir no capítulo sindical da Assembléia Nacional Constituinte. Os presidentes de confederações, representantes da CUT, CGT e demais sindicalistas in-

Sindicatos traçam plano de atuação

A estratégia de atuação do movimento sindical na Assembléia Nacional Constituinte será decidida hoje, durante reunião das três centrais sindicais — CUT, CGT e USI — e das nove confederações de trabalhadores, a partir das 9 h da manhã, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), responsável pela convocação da reunião, apresentará um plano de trabalho, para ser discutido e aprovado pelas centrais e pelas confederações. Com este plano de trabalho o Diap pretende chegar a dois objetivos principais: orientar constantemente os parlamentares constituintes em relação aos anseios e às propostas do movimento sindical e levar a todas as entidades civis, confederações, federações e sindicatos, informações permanentes sobre a atuação de cada parlamentar individualmente e sobre a Constituinte como um todo.

A proposta de atuação unitária do movimento sindical, sob a coordenação do Diap, visa fortalecer a pressão dos trabalhadores na Constituinte. No documento enviado às centrais e às confederações, o órgão dá informações sobre o alto nível de organização dos lobbies empresariais e reforça a necessidade de atuação conjunta dos trabalhadores, assim como a contratação de profissionais qualificados e com conhecimento sobre o parlamentarismo e o processo legislativo.

Entre as propostas apresentadas pelo Diap constam a formação de quatro grupos de trabalhos permanentes: o primeiro, formado de técnicos para elaboração de textos, emissão de pareceres e consultoria de modo geral durante os trabalhos da Constituinte; o segundo, formado por dirigentes sindicais para eventuais negociações com os membros das Comissões da Constituinte; o terceiro grupo terá por objetivo levantar recursos para os programas aprovados; e o quarto, formado por comunicadores, deverá trabalhar na formação de uma agência de notícias que deverá distribuir de Brasília, para todos os sindicatos de trabalhadores informações sobre a Constituinte.

O programa de atuação do Diap visa ampliar e manter o trabalho que já vem sendo desenvolvido desde sua fundação em 1983, no sentido de coletar e pesquisar propostas dos trabalhadores, além de acompanhar a atuação de cada parlamentar. Esses dados servirão não apenas para a pressão direta e imediatista dos trabalhadores nas bases eleitorais de cada parlamentar, como também para a elaboração do "Quem quem", que foi produzido antes das últimas eleições e distribuído amplamente em todos os estados. Esses livrinhos, com uma radiografia da atuação dos parlamentares no Congresso, principalmente nas votações de projetos de interesse da classe trabalhadora, influenciou na eleição e na derrota de inúmeros parlamentares. O órgão pretende editar uma publicação semanal com informações sobre o funcionamento da Constituinte e atuação de seus membros.



Eraldo: defesa da Amazônia

Amazônia pode ter bloco na Constituinte

A transformação da idéia do bloco amazônico em realidade poderá representar a valorização dos recursos naturais, do homem e por consequência, a redenção econômica de toda a região amazônica. A afirmação do deputado federal Eraldo Trindade, do PFL/AP que, entre outras coisas, pretende promover uma ampla discussão nacional sobre a atual política de minérios, como forma de atribuir autonomia para os estados e territórios terem ingerência na produção.

O parlamentar amapaense é contrário ao atual sistema de distribuição dos recursos do Imposto Único sobre Minerais, pois, no seu entender, as regiões produtoras recebem uma fatia insignificante da comercialização do minério, cabendo à União a maior parte, enquanto as cidades amazônicas continuam cada vez mais pobres, em função do aumento populacional e da inexistência de programas sociais do Governo direcionados para a região. Ele cita como exemplo o manganês da Amapá, cujo contrato assinado com a Icomi pelo prazo de 50 anos, hoje está defasado, sem que o território se beneficie com pelo menos 10 por cento da produção.

A problemática do ouro é outra preocupação do deputado, que afirma estar sendo a Amazônia devastada por uma exploração predatória dos seus recursos minerais.